Novo Estado
Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 22 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 29.411.968/0001-92
NIRE N° 42 3 0005082-2
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), Novo Estado é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Pará e Tocantins, conforme previsto no Contrato de Concessão n° 02/2017-Aneel Lote 03, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 09.03.2023. O prazo de concessão será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (10.02.2017). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 313,1 milhões (valor nominal).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 02/2017-Aneel

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Xingu – Serra Pelada (circuito 1)	443,0	500
Xingu – Serra Pelada (circuito 2)	443,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuito 1)	415,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuito 2)	415,0	500
Serra Pelada - Itacaiúnas	115,0	500
Total	**1.831,0**	

Subestação	Voltagem	Transformadores	Área
Serra Pelada	500/√3 kV	9x60 MVA = 1.620 MVA	808.400 m²

2. Controle Acionário

A Novo Estado Transmissora é controlada pela Novo Estado Participações S.A., que é controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energias S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Implantação

Ao final de 2021, o avanço geral do projeto Novo Estado estava em 91,5%. As obras estão em andamento, tendo atingido 92% das fundações das torres concluídas, 79% da montagem e 56% do lançamento dos cabos condutores das linhas de transmissão. No mês de dezembro foi concluído o comissionamento das Subestações Serra Pelada e Itacaiúnas e da linha de transmissão Serra Pelada – Itacaiúnas. Esse conjunto de ativos foi energizado em 19 de dezembro, iniciando a operação comercial parcial do projeto.

Já a linha de transmissão Serra Pelada – Miracema, tem previsão de entrada em operação no primeiro trimestre de 2022. Para a linha de transmissão Xingu – Serra Pelada, a previsão de entrada em operação é no quarto trimestre de 2022.

5. Recursos Humanos

A Companhia contava ao final de 2021 com 72 colaboradores, 2,9% a mais que os 70 existentes em 2020.

a) Desempenho econômico-financeiroPrincipais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2021	31.12.2020	Variação (R$)
Receita operacional líquida	1.772.435	1.409.572	362.863
Custos operacionais	(1.663.493)	(1.245.960)	(417.533)
Resultado do serviço (EBIT)	106.090	163.359	(57.269)
EBITDA (Lajida)	106.090	163.359	(57.269)
Resultado financeiro	(279.443)	(34.175)	(245.268)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(114.413)	85.508	(199.921)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Novo Estado e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

Receita operacional líquida: acréscimo de R$ 362.863, referente, principalmente, à elevação de R$ 260.590 na remuneração do ativo de contrato; e R$ 102.199 correspondente ao incremento na receita de construção – ambos consequência da evolução na execução das obras de construção do Sistema de Transmissão Novo Estado. Adicionalmente, a receita de remuneração de infraestrutura de transmissão também é impactada pela variação do IPCA.

Custos operacionais: aumento de R$ 417.533, referente, principalmente, ao aumento de R$ 327.398 de perdas por ineficiência na construção e de acréscimo de R$ 90.135 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: os decréscimos são oriundos, substancialmente, dos efeitos promovidos pelas perdas por ineficiência na construção em 2021, parcialmente atenuados pelo impacto da remuneração do ativo de contrato.

Resultado financeiro: acréscimo motivado pelas liberações de financiamento com o banco BASA e com o BNDES em 2021 para financiamento das obras de implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado e aumento em função da atualização monetária em virtude, principalmente, do acréscimo dos índices inflacionários.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

7. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

8. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

9. Agradecimentos

A Administração da Novo Estado agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	222.958	39.443
Estoques		13.315	-
Ativo de contrato	5	170.154	-
Outros ativos circulantes		3.515	923
		409.942	**40.366**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Ativo de contrato	5	2.906.591	1.593.863
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	13.477	-
Outros ativos não circulantes		31	13
		2.920.099	**1.593.876**
Imobilizado		512	-
		2.920.611	**1.593.876**
TOTAL		**3.330.553**	**1.634.242**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	6	14.268	52.840
Dividendos	11	20.489	20.489
Financiamentos	8	39.289	4.563
Obrigações fiscais e regulatórias	9	15.975	11.386
Outros passivos circulantes		1.868	749
		91.889	**90.027**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	8	2.617.979	771.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	45.463
		2.617.979	**816.967**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**11**		
Capital social		667.102	659.252
Reservas de lucros		-	67.996
Prejuízos acumulados		(46.417)	-
		620.685	**727.248**
TOTAL		**3.330.553**	**1.634.242**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**12**	**1.772.435**	**1.409.572**
Custos operacionais			
Custos de implementação de infraestrutura		(1.663.493)	(1.245.960)
		(1.663.493)	**(1.245.960)**
LUCRO BRUTO		**108.942**	**163.612**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(2.852)	(253)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**106.090**	**163.359**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		8.028	3.320
Juros sobre financiamentos	8	(110.229)	(13.980)
Variação monetária sobre financiamentos	8	(167.023)	(20.148)
Outras despesas financeiras, líquidas		(10.219)	(3.367)
		(279.443)	**(34.175)**
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**(173.353)**	**129.184**
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	10	58.940	(43.676)
		58.940	**(43.676)**
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(114.413)**	**85.508**
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**(0,17151)**	**0,12970**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(114.413)**	**85.508**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(114.413)**	**85.508**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019 (não auditado)	**11**	**127.044**	**1.781**	**1.015**	**-**	**129.840**
Aumento de capital		532.208	-	-	-	532.208
Lucro líquido do exercício		-	-	-	85.508	85.508
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	4.275	-	(4.275)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(20.308)	(20.308)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	60.925	(60.925)	-
Saldos em 31.12.2020	**11**	**659.252**	**6.056**	**61.940**	**-**	**727.248**
Aumento de capital		7.850	-	-	-	7.850
Prejuízo do exercício		-	-	-	(114.413)	(114.413)
Absorção do prejuízo com reservas		-	(6.056)	(61.940)	67.996	-
Saldos em 31.12.2021	**11**	**667.102**	**-**	**-**	**(46.417)**	**620.685**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**(173.353)**	**129.184**
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Remuneração do ativo de contrato	(356.649)	(96.059)
Juros sobre financiamentos	110.229	13.980
Variação monetária sobre financiamentos	167.023	20.148
Resultado antes dos tributos ajustado	**(252.750)**	**67.253**
(Aumento) redução nos ativos		
Ativo de contrato	(1.166.449)	(1.287.555)
Estoques	(13.315)	-
Outros ativos	(2.535)	(3.731)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.644	(2)
Outras obrigações fiscais e regulatórias	4.345	11.152
Outros passivos	1.288	(22.047)
Caixa utilizado pelas operações	**(1.427.772)**	**(1.234.930)**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(2)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(36.082)	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	**(1.463.854)**	**(1.234.932)**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(512)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(512)**	**-**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	7.850	532.208
Captação de financiamentos	1.640.031	741.939
Caixa líquido das atividades de financiamento	**1.647.881**	**1.274.147**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**183.515**	**39.215**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	39.443	228
Saldo final	222.958	39.443
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**183.515**	**39.215**
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	(40.216)	29.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.01.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão n° 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 3, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 313.100, a valores de 11.08.2017.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

Em 23.12.2021, a Companhia obteve autorização do ONS para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A expectativa de entrada em operação comercial total está prevista para dezembro de 2022.

Adicionalmente, durante o ano de 2021, em função do andamento da implantação de Novo Estado, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto. Diante disso, em 2021, foi reconhecido o montante de R$ 289 milhões referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura de Novo Estado (em 2020 foi reconhecido ganho de R$ 39 milhões).

Em 2021 e 2020, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").

Pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 22.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente deste contrato – RAP (Receita Anual Permitida) – a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação da linha de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos no respectivo plano de negócios. A margem proposta, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado "Parcela Variável" sobre à RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

g) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17		
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18		
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19		
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC n° 50		
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	1.691	198
Aplicações financeiras	221.267	39.245
	222.958	**39.443**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - ATIVO DE CONTRATO

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou o Lote 3 do Leilão de Transmissão n° 002/2017, promovido pela Aneel, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP desta concessão é de R$ 313.100, com deságio de 35,73% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R$ 488.145. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R$ 3,2 bilhões.

a) Ganho (perda) por eficiência (ineficiência) na implementação de infraestrutura de transmissão

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado.

No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R$ 288.660 referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura (em 2020 foi reconhecido ganho de R$ 38.738). A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pelo aumento do CAPEX previsto para a implantação do Sistema de Transmissão, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa do projeto.

b) Premissas adotadas

Premissas	Novo Estado
Margem de construção	2,24%
Margem de operação e manutenção	55,55%
Taxa de remuneração	7,79%
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	313.100
RAP anual – Construção (valor nominal)	270.416
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2021	2.792.484
Estimativa para entrada total em operação comercial	12.2022
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	03.2023
Vigência do contrato de concessão	03.2048

c) Mutação do ativo de contrato

Saldo em 31.12.2019 (Não auditado)	**145.553**
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.284.698
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	28.815
Ganho por eficiência na construção	38.738
Juros	33.477
Variação monetária	62.582
Saldos em 31.12.2020	**1.593.863**
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	1.374.833
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	40.879
Perdas por ineficiência na construção	(288.660)
Juros	160.732
Variação monetária	195.917
Recebimentos RAP construção	(819)
Saldos em 31.12.2021	**3.076.745**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	170.154
Ativo não circulante	2.906.591
	3.076.745

Em 2021, o Sistema de Transmissão Novo Estado teve sua entrada em operação comercial parcial autorizadas pela ONS, o que representou, aproximadamente, 4% de sua capacidade total.

NOTA 6 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	11.134	51.350
Fornecedores de materiais e serviços	3.134	1.490
	14.268	**52.840**

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**2021**	**2022**	**Provável**	**Δ + 25%**	**Administração**
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2021	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Financiamentos				
IPCA	2.657.268	132.880	(33.222)	20.292

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	2.657.268	776.067
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(222.958)	(39.443)
Dívida líquida	**2.434.310**	**736.624**
Patrimônio líquido	**620.685**	**727.248**
Dívida líquida/Patrimônio líquido	**3,9**	**1,0**

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14.268	-	-	-	14.268
Financiamento	40.624	434.693	415.385	2.840.793	3.731.495
	54.892	**434.693**	**415.385**	**2.840.793**	**3.745.763**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	221.267	39.245
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.691	198
	222.958	**39.443**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	14.268	52.840
Financiamentos	2.657.268	776.067
	2.671.536	**828.907**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS

Em junho de 2020, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 1.710.000. Até 31.12.2021, foi liberado o montante de R$ 910.459 com o BNDES. Em agosto de 2020, a Companhia contratou financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (BASA), no valor de R$ 800.000, em substituição a parcela (no mesmo valor) do crédito contratado junto ao BNDES. Em 2021, ocorreram as primeiras liberações deste financiamento no montante de R$ 729.628 (R$ 729.572, líquidos dos custos de captação). Os recursos destes financiamentos foram destinados ao financiamento da construção do sistema de transmissão.

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	11.768	1.906.245	1.918.013	-	771.504	771.504
BASA	5.569	711.734	717.303	-	-	-
Encargos	21.952	-	21.952	4.563	-	4.563
	39.289	**2.617.979**	**2.657.268**	**4.563**	**771.504**	**776.067**

b) Mutação dos financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Ingressos	-	741.939	741.939
Juros	13.980	-	13.980
Variação monetária	20.148	-	20.148
Transferências	(29.565)	29.565	-
Saldos em 31.12.2020	**4.563**	**771.504**	**776.067**
Ingressos	-	1.640.031	1.640.031
Juros	110.229	-	110.229
Variação monetária	167.023	-	167.023
Transferências	(206.444)	206.444	-
Amortização de juros	(36.082)	-	(36.082)
Saldos em 31.12.2021	**39.289**	**2.617.979**	**2.657.268**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2023	121.876
2024	121.876
2025	121.876
2026	121.876
2027	121.876
2028 a 2032	609.380
2033 a 2037	609.380
2038 a 2042	609.380
2043 a 2044	180.459
	2.617.979

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo em 31.12.2021
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	1.923.600
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	733.668

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança bancária e/ou fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	***Covenants***
BNDES e BASA	ICSD[1] ≥ 1,3

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 9 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	31.12.2021	**31.12.2020**
ICMS[1]	8.416	6.011
ISSQN[2]	4.194	3.911
INSS[3]	3.194	1.551
PIS[4] e Cofins[5]	170	9
Outros	99	69
	16.073	**11.551**
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(98)	(165)
	15.975	**11.386**

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
(2) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
(3) Instituto Nacional do Seguro Social.
(4) Programa de Integração Nacional.
(5) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

[1] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

NOTA 10 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

		31.12.2021			31.12.2020
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IR**	**CSLL**	**Total**	**Total**
Ativo:					
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	3.042.405	760.601	273.816	1.034.417	507.164
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	311.445	77.861	28.030	105.891	-
Outros	12.516	3.129	1.126	4.255	1.581
Passivo:					
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	2.864.398	716.100	257.796	973.896	516.245
Remuneração de ativo de contrato	462.325	115.581	41.609	157.190	37.963
Ativo (Passivo), líquido		**9.910**	**3.567**	**13.477**	**(45.463)**

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos irá ocorrer a partir da entrada em operação comercial da infraestrutura de transmissão, prevista para ocorrer até 2023.

A mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos, se deu como segue:

(Passivo) em 31.12.2019 (Não auditado)	**(1.787)**
Impostos diferidos no resultado	(43.676)
(Passivo) em 31.12.2020	**(45.463)**
Impostos diferidos no resultado	58.940
Ativo em 31.12.2021	**13.477**

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2021, era de R$ 667.102 (R$ 659.252 em 31.12.2020), representado por 667.101.762 ações ordinárias (659.251.762 em 31.12.2020), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Novo Estado Participações S.A.

O aumento de capital ocorrido no ano de 2021 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	-	6.056
Reserva de retenção de lucros	-	61.940
	-	**67.996**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. O saldo de 31.12.2020, no montante de R$ 6.056, foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R$ 114.413 apurado em 2021.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O saldo de R$ 61.940 foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R$ 114.413 apurado em 2021.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. Em 31.12.2020 foi distribuído o montate de R$ 20.308.

NOTA 12 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.415.712	1.313.513
Remuneração de ativo de contrato	356.649	96.059
Operação e manutenção	74	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.772.435**	**1.409.572**

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2021			2020		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**(173.353)**	**(173.353)**	**(173.353)**	**129.184**	**129.184**	**129.184**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**43.338**	**15.602**	**58.940**	**(32.296)**	**(11.627)**	**(43.923)**
Diferenças permanentes						
Outras	-	-	-	181	66	247
	43.338	**15.602**	**58.940**	**(32.115)**	**(11.561)**	**(43.676)**
Composição dos tributos no resultado						
Diferido	43.338	15.602	58.940	(32.115)	(11.561)	(43.676)
	43.338	**15.602**	**58.940**	**(32.115)**	**(11.561)**	**(43.676)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 14 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia firmou contratos de construção das subestações e linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2021, eram de R$ 592.990.

NOTA 15 - SEGUROS

a) Riscos de engenharia

A Companhia mantém contratado seguro de risco de engenharia para os Sistemas de Transmissão Novo Estado, cujo limite para danos materiais é de R$ 500.000.

b) Danos materiais e lucros cessantes

Em 2021, em virtude da solicitação de anuência da Aneel para a entrada em operação do Sistema de Transmissão Novo Estado, foi contratada apólice de riscos operacionais exclusiva para as subestações, abrangendo danos materiais e lucros cessantes, nos montantes totais de, respectivamente, R$ 135.607 e R$ 34.156. A vigência da apólice vai até 19.12.2022.

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	PASSIVO	
	Fornecedores	**Dividendos**
31.12.2021		
NEP	-	20.308
ENGIE Brasil Energia	1.793	-
	1.793	**20.308**
31.12.2020	**748**	**20.308**

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Novo Estado Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Neves
Diretor Presidente

Paulo Henrique Muller
Direto Técnico-Operacional

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

Leandro Marcos Magri
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS-068193/O-2 T-SC

Novo Estado
Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 27 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de S. Leite

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013922

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 29.411.968/0001-92
NIRE N° 42 3 0005082-2
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração Regulatório e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), Novo Estado é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Pará e Tocantins, conforme previsto no Contrato de Concessão n° 02/2017-Aneel Lote 03, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 09.03.2023. O prazo de concessão será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (10.02.2017). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 313,1 milhões (valor nominal).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 02/2017-Aneel

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Xingu – Serra Pelada (circuito 1)	443,0	500
Xingu – Serra Pelada (circuito 2)	443,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuito 1)	415,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuito 2)	415,0	500
Serra Pelada - Itacaiúnas	115,0	500
Total	**1.831,0**	

Subestação	Voltagem	Transformadores	Área
Serra Pelada	500/√3 kV	9x60 MVA = 1.620 MVA	808.400 m²

A administração de Novo Estado é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços.

2. Controle Acionário

A Novo Estado Transmissora é controlada pela Novo Estado Participações S.A., que é controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energias S.A. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Implantação

Ao final de 2021, o avanço geral do projeto Novo Estado estava em 91,5%. As obras estão em andamento, tendo atingido 92% das fundações das torres concluídas, 79% da montagem e 56% do lançamento dos cabos condutores das linhas de transmissão. No mês de dezembro foi concluído o comissionamento das Subestações Serra Pelada e Itacaiúnas e da linha de transmissão Serra Pelada – Itacaiúnas. Esse conjunto de ativos foi energizado em 19 de dezembro, iniciando a operação comercial parcial do projeto.

5. Recursos Humanos

A Companhia contava ao final de 2021 com 72 colaboradores, 2,9% a mais que os 70 existentes em 2020.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Novo Estado agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	222.958	39.443
Estoques		13.315	-
Outros ativos circulantes		3.515	923
		239.788	**40.366**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		15.388	3.075
Outros ativos não circulantes		31	13
		15.419	**3.088**
Imobilizado	**5**	**3.062.019**	**1.409.625**
Intangível		**43.532**	**41.480**
		3.120.970	**1.454.193**
TOTAL		**3.360.758**	**1.494.559**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	6	14.268	52.840
Dividendos		20.489	20.489
Financiamentos	8	39.289	4.563
Outras obrigações fiscais e regulatórias		15.975	11.386
Outros passivos circulantes		1.868	749
		91.889	**90.027**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	8	2.617.979	771.504
		2.617.979	**771.504**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10**		
Capital social		667.102	659.252
Reservas de lucros		-	67.996
Prejuízos acumulados		-	(6.530)
Proventos excedentes da contabilidade societária		(16.212)	(87.690)
		650.890	**633.028**
TOTAL		**3.360.758**	**1.494.559**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**994**	**-**
Receita de operações com transmissão de energia elétrica	994	
Deduções da receita bruta		
Tributos	**(92)**	**-**
PIS	(16)	-
Cofins	(76)	-
Encargos – Parcela "A"	**(9)**	**-**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(9)	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**893**	**-**
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(2.852)	(253)
PREJUÍZO DA ATIVIDADE	**(1.959)**	**(253)**
Resultado financeiro		
Outras despesas financeiras, líquidas	(342)	(722)
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**(2.301)**	**(975)**
Imposto de renda e contribuição social diferido	12.313	578
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**10.012**	**(397)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**10.012**	**(397)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**10.012**	**(397)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proventos excedentes da contabilidade societária	Prejuízos acumulado	Total
Saldos em 31.12.2019		**127.044**	**1.781**	**1.015**	**(2.182)**	**(6.133)**	**121.525**
Aumento de capital		532.208	-	-	-	-	532.208
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(397)	(397)
Proventos excedentes da contabilidade societária					(85.508)	85.508	-
Destinações propostas à AGO:							-
- Reserva legal		-	4.275	-	-	(4.275)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(20.308)	(20.308)
- Reserva de lucros		-	-	60.925	-	(60.925)	-
Saldos em 31.12.2020	**10**	**659.252**	**6.056**	**61.940**	**(87.690)**	**(6.530)**	**633.028**
Aumento de capital		7.850	-	-	-	-	7.850
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.012	10.012
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	71.478	(71.478)	-
Absorção de prejuízo com reservas		-	(6.056)	(61.940)	-	67.996	-
Saldos em 31.12.2021	**10**	**667.102**	**-**	**-**	**(16.212)**	**-**	**650.890**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ N° 29.411.968/0001-92 | NIRE N° 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos	(2.301)	(975)
Redução (aumento) nos ativos		
Estoques	(13.315)	-
Outros ativos	(2.535)	4.078
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.644	(2)
Outras obrigações fiscais e regulatórias	4.345	11.152
Outros passivos	1.288	(2.300)
Caixa (utilizado) gerado pelas operações	**(10.874)**	**11.953**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(2)
Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades operacionais	**(10.874)**	**11.951**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(1.453.492)	(1.246.883)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(1.453.492)**	**(1.230.171)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	7.850	532.208
Captação de financiamentos	1.640.031	741.939
Caixa líquido das atividades de financiamento	**1.647.881**	**1.274.147**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**183.515**	**39.215**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	39.443	228
Saldo final	222.958	39.443
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**183.515**	**39.215**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	(40.216)	29.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.01.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão n° 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 3, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 313.100, a valores de 11.08.2017.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

Em 23.12.2021, a Companhia obteve autorização do ONS para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A expectativa de entrada em operação comercial total está prevista para dezembro de 2022.

Adicionalmente, durante o ano de 2021, em função do andamento da implantação de Novo Estado, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto.

Em 2021 e 2020, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").

a) Pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa Aneel n° 605, de 11.03.2014.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 14 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.04.2022.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia. Adicionalmente, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado.

c) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais e no de concessão.

d) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Receita de operações com transmissão de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada a terceiros pelo uso da infraestrutura do sistema de transmissão. Essa receita refere-se à prestação de serviços relativos às instalações de rede básica, transformadores de fronteira e demais instalações de transmissão. A receita é reconhecida quando o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar de cada agente de transmissão, conforme previsto em contrato de prestação de serviços de transmissão entre o Poder Concedente e a Outorgada.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	1.691	198
Aplicações financeiras	221.267	39.245
	222.958	**39.443**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou o Lote 3 do Leilão de Transmissão n° 002/2017, promovido pela Aneel, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) desta concessão é de R$ 313.100, com deságio de 35,7% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R$ 488.145. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R$ 3,2 bilhões.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

A composição do imobilizado apresenta apenas ativos em andamento está abaixo apresentada:

	Valor Bruto em 31.12.2020	Adições e Transferências	Valor Bruto em 31.12.2021	Valor Líquido em 31.12.2021
Ativo imobilizado em curso (AIC)				
Transmissão				
Terrenos	13	-	13	13
Edificações, obras civis e benfeitorias	74.409	42.260	116.669	116.669
Máquinas e equipamentos	763.379	1.438.302	2.201.681	2.201.681
A ratear	202.675	359.954	562.629	562.629
Adiantamento a fornecedores	369.149	(188.122)	181.027	181.027
TOTAL	**1.409.625**	**1.652.394**	**3.062.019**	**3.062.019**

	Valor Bruto em 31.12.2019	Adições e Transferências	Valor Bruto em 31.12.2020	Valor Líquido em 31.12.2020
Ativo imobilizado em curso (AIC)				
Transmissão				
Terrenos	47	(34)	13	13
Edificações, obras civis e benfeitorias	49.309	25.100	74.409	74.409
Máquinas e equipamentos	24.223	739.156	763.379	763.379
A ratear	59.024	143.651	202.675	202.675
Adiantamento a fornecedores	7.921	361.228	369.149	369.149
TOTAL	**140.524**	**1.269.101**	**1.409.625**	**1.409.625**

NOTA 6 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	11.134	51.350
Fornecedores de materiais e serviços	3.134	1.490
	14.268	**52.840**

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos.

b) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14.268	-	-	-	14.268
Financiamento	40.624	434.693	415.385	2.840.793	3.731.495
	54.892	**434.693**	**415.385**	**2.840.793**	**3.745.763**

d) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	221.267	39.245
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.691	198
	222.958	**39.443**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	14.268	52.840
Financiamentos	2.657.268	776.067
	2.671.536	**828.907**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS

Em junho de 2020, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 1.710.000. Até 31.12.2021, foi liberado o montante de R$ 910.459 com o BNDES. Em agosto de 2020, a Companhia contratou financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (BASA), no valor de R$ 800.000, em substituição a parcela (no mesmo valor) do crédito contratado junto ao BNDES. Em 2021, ocorreram as primeiras liberações deste financiamento no montante de R$ 729.628 (R$ 729.572, líquidos dos custos de captação). Os recursos destes financiamentos foram destinados ao financiamento da construção do sistema de transmissão.

a) Composição

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	11.768	1.906.245	1.918.013	-	771.504	771.504
BASA	5.569	711.734	717.303	-	-	-
Encargos	21.952	-	21.952	4.563	-	4.563
	39.289	**2.617.979**	**2.657.268**	**4.563**	**771.504**	**776.067**

b) Mutação dos financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Ingressos	-	741.939	741.939
Juros capitalizados	13.980	-	13.980
Variação monetária capitalizada	20.148	-	20.148
Transferências	(29.565)	29.565	-
Saldos em 31.12.2020	**4.563**	**771.504**	**776.067**
Ingressos	-	1.640.031	1.640.031
Juros capitalizados	110.229	-	110.229
Variação monetária capitalizada	167.023	-	167.023
Transferências	(206.444)	206.444	-
Amortização de juros	(36.082)	-	(36.082)
Saldos em 31.12.2021	**39.289**	**2.617.979**	**2.657.268**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2023	121.876
2024	121.876
2025	121.876
2026	121.876
2027	121.876
2028 a 2032	609.380
2033 a 2037	609.380
2038 a 2042	609.380
2043 a 2044	180.459
	2.617.979

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo em 31.12.2021
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	1.923.600
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	733.668

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança bancária e/ou fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*
BNDES e BASA	ICSD[1] ≥ 1,3

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 9 - OBRIGAÇÕES FISAIS E REGULATÓRIAS

	31.12.2021	31.12.2020
ICMS[1]	8.416	6.011
ISSQN[2]	4.194	3.911
INSS[3]	3.194	1.551
PIS[4] e Cofins[5]	170	9
Outros	99	69
	16.073	**11.551**
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(98)	(165)
	15.975	**11.386**

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
(2) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
(3) Instituto Nacional do Seguro Social.
(4) Programa de Integração Nacional.
(5) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2021, era de R$ 667.102 (R$ 659.252 em 31.12.2020), representado por 667.101.762 ações ordinárias (659.251.762 em 31.12.2020), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Novo Estado Participações S.A.

O aumento de capital ocorrido no ano de 2021 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	-	6.056
Reserva de retenção de lucros	-	61.940
	-	**67.996**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido societário do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. O saldo de 31.12.2020, no montante de R$ 6.056, foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R$ 114.413 apurado em 2021.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O saldo de R$ 61.940 foi utilizado para compensação de parte do prejuízo de R$ 114.413 apurado em 2021.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. Em 31.12.2020 foi distribuído o montate de R$ 20.308. Em 31.12.2021 houve prejuízo, portanto não ocorreu distribuição.

d) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 11 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia firmou contratos de construção das subestações e linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2021, eram de R$ 592.990.

NOTA 12 - SEGUROS

a) Riscos de engenharia

A Companhia mantém contratado seguro de risco de engenharia para os Sistemas de Transmissão Novo Estado, cujo limite para danos materiais é de R$ 500.000.

b) Danos materiais e lucros cessantes

Em 2021, em virtude da solicitação de anuência da Aneel para a entrada em operação do Sistema de Transmissão Novo Estado, foi contratada apólice de riscos operacionais exclusiva para as subestações, abrangendo danos materiais e lucros cessantes, nos montantes totais de, respectivamente, R$ 49.943 e R$ 34.156. A vigência da apólice vai até 19.12.2022.

NOTA 13 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	PASSIVO	
	Fornecedores	**Dividendos**
31.12.2021		
NEP	-	20.308
ENGIE Brasil Energia	1.793	-
	1.793	**20.308**
31.12.2020	**748**	**20.308**

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

	Nota	31.12.2021 Regulatório	31.12.2021 Ajustes	31.12.2021 Societário	31.12.2020 Regulatório	31.12.2020 Ajustes	31.12.2020 Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		222.958	-	222.958	39.443	-	39.443
Estoques		13.315	-	13.315	-	-	-
Outros ativos circulantes		3.515	-	3.515	923	-	923
Ativo de contrato	(i)	-	170.154	170.154	-	-	-
		239.788	**170.154**	**409.942**	**40.366**	**-**	**40.366**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Ativo de contrato	(i)	-	2.906.591	2.906.591	-	1.593.863	1.593.863
Imposto de renda e contribuição social diferidos		15.388	(1.911)	13.477	3.075	(3.075)	-
Outros ativos não circulantes		31	-	31	13	-	13
		15.419	**2.904.680**	**2.920.099**	**3.088**	**1.590.788**	**1.593.876**
Imobilizado	(i)	**3.062.019**	**(3.061.507)**	**512**	**1.409.625**	**(1.409.625)**	**-**
Intangível	(i)	**43.532**	**(43.532)**	**-**	**41.480**	**(41.480)**	**-**
		3.120.970	**(200.359)**	**2.920.611**	**1.454.193**	**139.683**	**1.593.876**
TOTAL		**3.360.758**	**(30.205)**	**3.330.553**	**1.494.559**	**139.683**	**1.634.242**

	Nota	31.12.2021 Regulatório	31.12.2021 Ajustes	31.12.2021 Societário	31.12.2020 Regulatório	31.12.2020 Ajustes	31.12.2020 Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores	(i)	14.268	-	14.268	52.840	-	52.840
Dividendos		20.489	-	20.489	20.489	-	20.489
Financiamentos		39.289	-	39.289	4.563	-	4.563
Outras obrigações fiscais e regulatórias		15.975	-	15.975	11.386		11.386
Outros passivos circulantes		1.868	-	1.868	749	-	749
		91.889	**-**	**91.889**	**90.027**	**-**	**90.027**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos		2.617.979	-	2.617.979	771.504	-	771.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	-	-	-	45.463	45.463
		2.617.979	**-**	**2.617.979**	**771.504**	**45.463**	**816.967**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		667.102	-	667.102	659.252	-	659.252
Reservas de lucros		-	-	-	67.996	-	67.996
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(46.417)	(46.417)	(6.530)	6.530	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		(16.212)	16.212	-	(87.690)	87.690	-
		650.890	**(30.205)**	**620.685**	**633.028**	**94.220**	**727.248**
TOTAL		**3.360.758**	**(30.205)**	**3.330.553**	**1.494.559**	**139.683**	**1.634.242**

Demonstração do resultado

	Nota	31.12.2021			31.12.2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**994**	**1.771.459**	**1.772.453**	**-**	**1.409.572**	**1.409.572**
Receita de implementação de infraestrutura	(i)	-	1.415.712	1.415.712	-	1.313.513	1.313.513
Remuneração do ativo de contrato	(i)	-	356.649	356.649	-	96.059	96.059
Receita de operações com transmissão de energia elétrica	(i)	994	(902)	92	-	-	-
Deduções da receita bruta							
Tributos		**(92)**	**83**	**(9)**	-	-	-
PIS		(16)	14	(2)	-	-	-
Cofins		(76)	69	(7)	-	-	-
Encargos – Parcela "A"		**(9)**	-	**(9)**	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(9)	-	(9)	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**893**	**1.771.542**	**1.772.435**	**-**	**1.409.572**	**1.409.572**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"							
Custo de implementação de infraestrutura	(i)	-	(1.663.493)	(1.663.493)	-	(1.245.960)	(1.245.960)
LUCRO BRUTO		**893**	**108.049**	**108.942**	**-**	**163.612**	**163.612**
Despesas operacionais							
Despesas gerais e administrativas		(2.852)	-	(2.852)	(253)	-	(253)
(PREJUÍZO) LUCRO DA ATIVIDADE		**(1.959)**	**108.049**	**106.090**	**(253)**	**163.612**	**163.359**
Resultado financeiro	**(i)**						
Renda de aplicações financeiras		-	8.028	8.028	-	3.320	3.320
Juros sobre financiamentos		-	(110.229)	(110.229)	-	(13.980)	(13.980)
Variação monetária sobre financiamentos		-	(167.023)	(167.023)	-	(20.148)	(20.148)
Outras despesas financeiras, líquidas		(342)	(9.877)	(10.219)	(722)	(2.645)	(3.367)
		(342)	**(279.101)**	**(279.443)**	**(722)**	**(33.453)**	**(34.175)**
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**(2.301)**	**(171.052)**	**(173.353)**	**(975)**	**130.159**	**129.184**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(ii)	12.313	46.627	58.940	578	(44.254)	(43.676)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**10.012**	**(124.425)**	**(114.413)**	**(397)**	**85.905**	**85.508**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i) Ativo de contrato, imobilizado, receita e custo de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo de contrato

Na contabilidade societária, a parcela correspondente aos custos de construção, adicionadas de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos de gestão da construção, é reconhecida como ativo de contrato em contrapartida de uma receita de implementação de infraestrutura. Os gastos decorrentes da construção da linha de transmissão são reconhecidos diretamente no resultado no exercício, na rubrica de "Custo de implementação da infraestrutura". Em contrapartida, para fins regulatórios estes gastos são reconhecidos no imobilizado e não há reconhecimento de receita de implementação de infraestrutura.

Na contabilidade societária, a parcela correspondente à RAP construção é reconhecida no ativo de contrato em contrapartida de uma receita de implementação de infraestrutura. No regulatório esse valor é reconhecido como receita de operações com transmissão de energia elétrica. Além disso, tanto na contabilidade regulatória quanto na societária a receita de operação e manutenção (O&M) é reconhecida em contrapartida ao resultado, não gerando diferença entre as contabilidades.

Adicionalmente, os juros apropriados referentes ao financiamento com o BNDES são capitalizados na contabilidade regulatória, em função da construção do sistema de transmissão iniciada em 2020.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos das diferenças acima apresentadas geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item (i).

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2021, da Novo Estado Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Naves
Diretor Presidente

Paulo Henrique Muller
Direto Técnico-Operacional

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

Leandro Marcos Magri
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS-068193/O-2 T-SC

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CE-NEE-AF-0001/2022-V.1

FLORIANOPOLIS, 23 de Abril de 2022

-
Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF - Agência Nacional de Energia Elétrica

Referência: Termo de responsabilidade – Demonstração Contábil Regulatória - Novo Estado Transmissora de Energia S.A.

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº **846**, de **11 de junho de 2019**, bem como os signatários, às previstas nos artigos **171 e 299**, ambos do Código Penal.

RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
(revogou a Resolução Normativa n° 63, de 12 de maio de 2004)
Art. 13. Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

.

Finalizado eletronicamente por Paulo Roberto Keller De Negreiros
Paulo Roberto Keller De Negreiros
Gerente de Contabilidade, Delegado

Finalizado eletronicamente por Leonardo Germano Depine
Leonardo Germano Depine
Diretor Administrativo e Financeiro

Finalizado eletronicamente por Marcio Daian Neves

Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agronômica, CEP 88025-255, Florianópolis/SC

Marcio Daian Neves
Diretor Executivo

Anexos: .

C/C: Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF - Agência Nacional de Energia Elétrica - Leila Conceição Novais Rocha

Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agronômica, CEP 88025-255, Florianópolis/SC